## LEI ORDINÁRIAº 6.832 DE 28 DE MAIO DE 2024.

Ementa: "FICA O PODER EXECUTIVO OBRIGADO A INSERIR NO CARDÁPIO DAS ESCOLAS MUNICIPAIS, CONTÍNUA E GRATUITAMENTE, ALIMENTOS SEM LACTOSE PARA OS ALUNOS QUE, COMPROVADAMENTE, ATESTAREM INTOLERÂNCIA À MESMA"

> Autor: Leandro Hungria A Câmara Municipal de Nilópolis

> > RESOLVE:

Art. 1º - Fica o poder executivo obrigado a inserir no cardápio das escolas municipais, contínua e gratuitamente, alimentos sem lactose para os alunos que, comprovadamente, atestam intolerância à mesma.

Parágrafo único - Deverá o responsável pelo aluno, informar a unidade escolar sobre a intolerância à lactose, acompanhado de atestado médico contendo o CID.

- Art. 2° Caso a alimentação seja fornecida por terceiros, caberá ao poder executivo operacionalizar esta inserção junto aos fornecedores, com alimentos processados que não contenham lactose para os alunos intolerantes.
- Art. 3° Os alimentos deverão obrigatoriamente vir acompanhados de identificação quanto ao tipo "ZERO LACTOSE".
- Art. 4° Caso o alimento seja preparado por empresa terceirizada, deverá o mesmo conter rótulo com as informações nutricionais bem como a informação destacada de "ausência de lactose".
- Art. 5° No período em que houver a abertura das matrículas na Rede Municipal de Ensino, fica obrigado a inclusão de campo destinado à informação sobre a intolerância de lactose.
- Art. 6°. Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Câmara Municipal de Nilópolis, 28 de Maio de 2024

ZÉ RIBEJRO PRESIDENTE C.M.N.

## ATO DE PROMULGAÇÃO Nº, 31/2024.

"Promulga proposição legislativa sancionada tacitamente, em virtude do silêncio de sanção ou veto, pelo Prefeito Municipal, no tempo hábil previsto no § 1º do artigo 56, da Lei Orgânica Municipal".

O Presidente da Câmara Municipal de Nilópolis, Estado do Rio de Janeiro, Senhor José Diamantino Duarte Ribeiro, no uso de suas atribuições legais, definida pelo § 3°, do art. 269 do Regimento Interno desta Casa Legislativa,

CONSIDERANDO a aprovação, pela Câmara Municipal, do Projeto de Lei Ordinária nº 73/2023, em 10/04/2024 de autoria do Vereador Leandro Hungria;

CONSIDER ANDO que o autógrafo da referida proposição legislativa foi recebido pelo Poder Executivo em data de 11/04/2024;

CONSIDERANDO o silêncio de sanção, pelo Excelentíssimo Prefeito Municipal, no tempo hábil previsto no § 1º do art. 56, da Lei Orgânica Municipal, no que concerne a aludida proposição legislativa.

RESOLVE:

Art. 1º. PROMULGAR a Lei Ordinária nº. 6.832/2024 oriunda do Projeto de Lei nº.73/2023, de autoria do Vereador Leandro Hungria cujo conteúdo faz parte integrante do presente ato de promulgação.

Art. 2º. Publique-se e registre-se.

Câmara Municipal de Nilópolis/RJ 28 de maio de 2024.

JOSÉ DIAMANTINO DUARTE RIBEIRO PRÉSIDENTE